

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE REALIZADAS JUNTO AOS GRUPOS INDÍGENAS KAINGANG DE IVAÍ E FAXINAL NO PARANÁ

Rosângela Célia Faustino*
Marta Chaves**
Max Jean de Ornelas Toledo***
Lúcio Tadeu Mota****
Generoso De Angelis Neto*****
Marcos Rafael Nanni*****

RESUMO

O presente trabalho expõe experiências de intervenções pedagógicas, em Educação para a Saúde, desenvolvidas junto aos grupos indígenas Kaingang de Ivaí e Faxinal, no Paraná, em decorrência dos resultados de pesquisas na área de saúde e meio ambiente, realizadas nos anos de 2004 a 2007, por pesquisadores do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá. As pesquisas e as intervenções pedagógicas que possibilitaram a elaboração e publicação de material pedagógico bilíngüe, Educação para a Saúde - *Eg hárh ke to venhkarhrán* e Terra Limpa - *Ga Jãnhkri*, tiveram apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e da Fundação Nacional de Saúde. A metodologia utilizada pautou-se na elaboração de Projetos de Trabalho, possibilitando a ampla participação de professores e estudantes das instituições educativas existentes nas Terras Indígenas. Após a publicação e divulgação do material pedagógico, organizou-se um curso de formação de professores e agentes de saúde. Estas intervenções tiveram como objetivo a divulgação de informações provenientes dos diagnósticos e formulação de ações coletivas para o controle de doenças parasitárias existentes entre estas populações, visando a melhoria das condições ambientais e de saúde das áreas. Tanto as pesquisas como as intervenções foram desenvolvidas com a ampla participação das comunidades (grupos familiares, lideranças, professores índios e não-índios, auxiliares de pesquisa e estudantes) visando ao favorecimento da aprendizagem dos estudantes indígenas e ao desenvolvimento de práticas de saúde acessíveis à comunidade.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Comunidades Indígenas. Saúde indígena.

INTRODUÇÃO

As pesquisas que deram origem às intervenções pedagógicas, em Educação e Saúde, foram realizadas por pesquisadores da área de parasitologia; gerenciamento de resíduos sólidos; planejamento ambiental; antropologia; história e educação; em projeto desenvolvido pelo Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações; Laboratório de Arqueologia; Etnologia e Etno-História, da Universidade Estadual de Maringá, cujo objetivo é a Implantação de um Plano de

Gestão da Terra Indígena (TI) Ivaí e a avaliação do Impacto das Ações de Saneamento na Saúde das Populações de Faxinal e Ivaí. Além das informações disponibilizadas às comunidades, as pesquisas e atividades desenvolvidas deram origem a relatórios técnico-informativos circunstanciados, que poderão contribuir com o poder público na orientação das políticas destinadas às populações indígenas Kaingang.

A pesquisa, na área de saúde foi autorizada pelas lideranças locais e pelos Conselhos de Saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas das duas TIs e aprovada pela

* Doutora em Educação pela UFSC. Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Doutoranda em Educação pela UFPR. Professora da UEM.

*** Doutor em Parasitologia Humana pela UFMG. Professor da UEM.

**** Pós-Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional - RJ. Professor da UEM.

***** Doutor em Engenharia de Construção pela USP. Professor da UEM.

***** Doutor em Agronomia pela USP/ESALQ. Professor da UEM.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, conforme Parecer n. 815/2004. Esta possibilitou verificar que diante da inexistência de um sistema epidemiológico estruturado de notificação de dados de morbimortalidade para as populações indígenas, é particularmente difícil determinar as condições de saúde dessas populações, entretanto, apesar deste fator, a literatura pertinente reconhece que a prevalência de doenças infecciosas e parasitárias é elevada em populações ameríndias.

Mesmo com o estabelecimento de ações de saneamento, as infecções parasitárias, muitas vezes, encontram-se fora de controle dos serviços de saúde, pela grande transmissibilidade de patógenos, favorecida por fatores de ordem ambiental e sociocultural⁽¹⁾.

Os instrumentos utilizados no Diagnóstico Sanitário-Cultural, para avaliar os impactos das ações de saneamento implantadas pela FUNASA – Fundação Nacional de Saúde nas respectivas comunidades indígenas, verificou tanto as ações culturalmente aceitas como as rejeitadas identificando-se também as principais causas de rejeição das medidas de saneamento. Para tanto, foram realizados encontros com membros, lideranças e grupos familiares das comunidades das referidas TIs para a definição do instrumento de pesquisa.

Considerando a especificidade sociocultural e lingüística dos grupos Kaingang, as questões elaboradas, na aplicação do questionário sanitário-cultural, tiveram alguns termos e palavras na língua materna, com a aplicação do mesmo realizada com o apoio de membros das comunidades que atuaram como auxiliares de pesquisa, participando das diferentes fases do projeto e encarregando-se de fazer as versões para a língua Kaingang. Alguns testes aplicados às duas TIs possibilitaram a redefinição do instrumento de pesquisa no qual se acrescentaram questões acerca de costumes da comunidade, pois concluiu-se que este elemento contribuiria para a compreensão da realidade e da necessidade das ações de saneamento nas comunidades indígenas.

A pesquisa, na área de saúde, compreendeu a realização de inquéritos coparasitológicos para obtenção dos indicadores parasitológicos

de saúde, utilizando pacientes disponíveis da população acessível, aplicação de questionários que acompanharam as fichas de coleta com questões relacionadas às condições de moradia e saneamento, coletas de amostras de solo do peridomicílio para análises parasitológicas, tendo os prontuários existentes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), e as informações disponibilizadas pelas equipes de saúde, sendo utilizados também como fontes de apoio à pesquisa, permitindo traçar o perfil de morbidade ambulatorial.

Em relação ao meio ambiente, foram realizadas análises dos resíduos sólidos (lixo) existentes na área, bem como amostras de solo e água.

Tendo as pesquisas focalizado as condições e a qualidade de vida dos membros das comunidades, apresentaram resultados que indicaram alto índice de contaminação da água de nascentes e rios, presença abundante de resíduos nas proximidades das residências, altos índices de parasitoses, elevado grau de contaminação do solo por parasitos de humanos e de animais com potencial zoonótico, além da elevada presença de animais domésticos, criados sem o manejo adequado. Ao final do inquérito de saúde, os indivíduos, com resultados positivos, foram tratados especificamente pela equipe da UBS local. Mesmo aqueles que não foram examinados receberam o tratamento pela elevada prevalência de parasitas intestinais encontrada na comunidade.

Concluídos os diagnósticos e as pesquisas, após realizados os exames, determinadas as principais causas de morbimortalidade e o diagnóstico sanitário-cultural sobre as medidas de saneamento, os resultados foram apresentados às comunidades e instituições que nelas atuam, na área de saúde e educação, realizada capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde para doenças mais frequentes e elaborado plano de gestão na área de saneamento e saúde indígena. Os resultados dos inquéritos nas duas TIs bem como os dados do diagnóstico sanitário-cultural foram apresentados às autoridades e lideranças (engenheiro sanitário e técnico da FUNASA, caciques, equipes de saúde das duas UBS, chefe da FUNAI - Fundação Nacional do Índio, professores,

equipe pedagógica das escolas, Agentes Indígenas de Saúde e membros de grupos familiares), em reuniões realizadas nas instituições educativas das TIs.

A população das TIs Ivaí e Faxinal é composta por cerca de 2.000 pessoas, sendo aproximadamente 1.400, no Ivaí, e 500, no Faxinal. Destas, a grande maioria (cerca de 70%) é composta por jovens e crianças mais vulneráveis à contaminação por doenças parasitárias. Esta vulnerabilidade tem relação com as condições sanitárias, hábitos de higiene, situação de carência em que vivem os indígenas e a falta de alimentação adequada, fatores que contribuem para o aumento dos níveis de morbidade (doenças).

A recente implantação de saneamento básico, a alta incidência de resíduos sólidos (lixo), a utilização de água proveniente de nascentes e rios contaminados são os principais fatores que contribuem para a presença de doenças parasitárias entre os grupos. Conforme a literatura, existem muitas intervenções que podem interromper o ciclo de transmissão das parasitoses intestinais em nível comunitário: 1) a quimioterapia que visa reduzir tanto a carga de vermes quanto a transmissão; 2) as melhorias sanitárias que têm por objetivo reduzir a contaminação do solo e da água; 3) a Educação em Saúde que visa encorajar a prática de hábitos saudáveis⁽²⁾. Uma ou todas estas intervenções podem ser desenvolvidas em uma comunidade, dependendo, dentre outros fatores, da situação epidemiológica da mesma.

As atividades que vêm sendo realizadas junto aos grupos do Ivaí e Faxinal, a partir da pesquisa na área de parasitologia, têm como objetivos apontar medidas de educação em saúde acessíveis à comunidade, promover a geração de informações que possam subsidiar procedimentos eficazes e culturalmente adequados para detectar e combater os problemas de saúde que afetam a população indígena, ampliar o interesse da comunidade por ações relacionadas à educação em saúde, desenvolver metodologias de ações eficientes na prevenção de doenças parasitárias, produzir vivências que estimulem ações de educação em contexto grupal, desenvolver consciência crítica frente aos problemas de saúde, organizar ambientes de

aprendizagem que possibilitem a apropriação, discussão, análise e produção de conhecimento na área de Educação e Saúde, valorizar os conhecimentos tradicionais e o intercâmbio com os conhecimentos científicos, incentivar o comprometimento e a responsabilidade da comunidade por meio da utilização de diferentes linguagens, disponibilizar material de apoio e realizar intervenções pedagógicas que favoreçam a ampla participação e aprendizagem dos estudantes indígenas.

O saneamento e a mudança de comportamento por meio de intervenções de Educação em Saúde, são medidas de longo prazo que devem ser consideradas dentro de uma estratégia comunitária participativa e ampla, pois cada espécie de parasito tem sua forma de transmissão própria, que necessita ser conhecida para que possa ser controlada por medidas acessíveis de higiene e limpeza.

O foco do presente artigo está centrado nas medidas de Educação em Saúde que vêm sendo desenvolvidas junto as duas TIs Kaingang, Ivaí e Faxinal após o resultado das pesquisas.

Aspectos históricos de saúde e doença entre os grupos Kaingang no Paraná

Historicamente, os grupos indígenas, que habitam o Estado do Paraná, viviam em grandes extensões de terra e organizavam-se por meio de grupos familiares extensos. Este tipo de organização propiciava o manejo ecológico do território, o acesso à farta e diversificada alimentação proveniente da caça, pesca e coleta (mel, frutas, pinhões, verduras do mato, ervas medicinais etc), bem como a identificação, prevenção e controle de doenças.

O processo de ocupação dos territórios paranaenses levou ao aldeamento destas populações em pequenas extensões de terras, promovendo o aglomeramento de um grande número de pessoas em uma mesma aldeia, sem infraestrutura sanitária satisfatória e sem a consideração da organização sociocultural dos grupos.

Este processo resultou no sedentarismo, no consumo elevado de bebidas alcoólicas, na inserção de açúcar e sal na alimentação e na criação de animais domésticos sem o manejo

adequado, provocando, também, a escassez de alimentos saudáveis e a adoção de dietas menos diversificadas, baseada em produtos industrializados, adquiridos nas cidades vizinhas. Essas mudanças interferiram sobremaneira em todos os campos da organização sociocultural das comunidades indígenas, causando desestruturação e modificação de hábitos de saúde e higiene com práticas inadequadas que favorecem a incidência de doenças parasitárias e a presença de vetores de parasitos.

Embora os Kaingang tenham desenvolvido estratégias de adaptação e ressignificação de suas tradições nesta realidade⁽³⁾, em muitas áreas indígenas, as comunidades enfrentam uma série de problemas decorrentes deste processo.

No Estado do Paraná, existem, atualmente, 19 Terras Indígenas demarcadas, oito não-demarcadas e muitas famílias dispersas ou agrupadas. Nestas Terras vivem cerca de 12.000 índios das etnias Kaingang, Guarani, Xokleng e Xetá. Os Kaingang representam o maior grupo em termos numéricos, no Paraná, cerca de 9.000 pessoas. Este povo pertence ao grupo Jê, sendo referidos também como Jê do Sul, é o mais numeroso povo indígena no Brasil Meridional, incluindo-se entre as cinco etnias com maior contingente populacional no Brasil na atualidade. A TI Ivaí localiza-se nos municípios de Manoel Ribas - PR e Pitanga - PR, tem uma área de 7.200 hectares onde habitam, atualmente, cerca de 1.400 pessoas (400 famílias).

O processo de ocupação dos territórios paranaenses promoveu a desestruturação da organização sociocultural tradicional deste grupo, impondo o sedentarismo e a concentração de grande número de pessoas em torno do centro da aldeia, o centro administrativo – onde se concentra, geralmente, a estrutura institucional, o posto da FUNAI - Fundação Nacional do Índio, as instituições educativas (Escolas, Colégios e Centros de Educação Infantil), o campo de futebol, a casa do cacique, a Igreja, a cadeia, a Unidade de Saúde, o salão de bailes e outros espaços coletivos.

O Diagnóstico Etno-ambiental⁽⁴⁾ da T.I. Ivaí, realizado no período de 2002/2003, evidenciou que o solo da área está desgastado. Depois de uma ou duas colheitas consecutivas,

a produtividade fica comprometida. Os rios (Monjolo Velho, Água do Tigre, Passo Liso, Barra Preta e Borboleta) que banham esta Terra estão poluídos, contaminados, sujos e, portanto, inadequados para uso, pois perderam a floresta ciliar e recebem dejetos da agricultura, de indústrias, de frigoríficos, curtumes e de esgotos domésticos das cidades do entorno.

A pesquisa revelou, também, que as nascentes (fontes e minas) existentes, no interior da área na qual a população continua captando água para uso doméstico e as crianças banhando-se, encontram-se com altos níveis de contaminação.

As áreas que foram reservadas aos grupos, no Paraná, é uma ínfima parte do que os Kaingang tinham no passado e, com isso, a caça e a coleta se fazem, na atualidade, em escala insuficiente, porque a biodiversidade desapareceu com a devastação do ambiente. A agricultura que era, tradicionalmente, atividade acessória, tornou-se a atividade principal, porém a produtividade, cada vez mais baixa, não atende às necessidades das famílias, expondo-as a muitas dificuldades de sobrevivência e privação.

A Terra Indígena Faxinal localiza-se no município de Cândido de Abreu-PR, cerca de 40 quilômetros de distância da T.I. Ivaí. A área ocupa, atualmente, 2.043,89 hectares. Em decorrência do processo de ocupação de suas terras e da situação fundiária atual, a vida do grupo é muito difícil e a dependência, em relação ao Estado, é grande. Nesta Terra, as famílias vivem basicamente da agricultura, algumas roças tradicionais e a roça comunitária da FUNAI. Nem sempre as colheitas são boas pela falta de maquinários e de boas sementes que, freqüentemente, chegam aos índios, fora da época do plantio.

Existe, ainda, o acesso a alguns empregos temporários (bastante raros, por causa da mecanização da agricultura do entorno), os postos de trabalho assalariados da aldeia (professor, motorista, tratorista, auxiliar de serviços, agente indígena de saúde, agente indígena sanitário), as aposentadorias, as doações e os subsídios provenientes de alguns projetos estaduais e federais, porém estes não são suficientes para garantir vida digna a todos.

De forma geral, os indígenas não podem mais reproduzir suas formas tradicionais de vida, apoiados em seus conhecimentos milenares e não têm acesso aos conhecimentos e tecnologias modernos, assim, tendem a viver na dependência e do assistencialismo.

Segundo as análises de organismos e instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial^(5, 6), os indígenas apresentam os mais baixos indicadores econômicos, sociais e educacionais, situando-se entre as camadas mais pobres da população latino-americana. São “os mais pobres entre os pobres”⁽⁷⁾. Um dos fatores apontados pelos organismos, como responsável por esta situação, é a falta de acesso a bens e serviços como educação e informação, pois historicamente os indígenas não teriam sido alcançados pelas políticas públicas destinadas a mitigar bolsões de pobreza originados pelas ações do sistema de mercado.

Essa situação de pobreza e a falta de acesso a bens e serviços que considerem os aspectos socioculturais dos grupos indígenas, são os causadores de uma série de problemas, incluindo os decorrentes da área de saúde.

As parasitoses intestinais são de grande importância, pois constituem um grave problema de saúde pública, podendo contribuir para problemas de ordem econômico-sociais e médicos⁽⁸⁾. Na área de saúde, estas doenças importam pela mortalidade resultante e pela frequência com que podem produzir déficits orgânicos, sendo um dos principais fatores debilitantes da população, associando-se frequentemente a quadros de diarreia crônica e desnutrição, comprometendo, assim, o desenvolvimento físico e intelectual, particularmente das faixas etárias mais jovens da população.

Apesar dessa gravidade anunciada por diversos estudos das áreas de Saúde Pública e Parasitologia, em relação às comunidades indígenas, só muito recentemente tem sido dada atenção ao tema, pois historicamente estas populações não foram atingidas pelas políticas públicas.

A área de Educação em Saúde tem possibilitado não apenas o diagnóstico e tratamento de doenças entre estas populações,

mas, principalmente, o desenvolvimento de medidas de higiene acessíveis à comunidade. Porém, se na área da saúde estão sendo incentivadas pesquisas entre grupos indígenas; na educação escolar, a questão da saúde ainda não tem recebido a mesma importância o que justifica as intervenções pedagógicas relatadas.

Políticas de educação, intervenção pedagógica e elaboração de Cadernos Pedagógicos Bilíngües

Na década de 1990, a ONU, o Banco Mundial, a UNESCO e outros organismos^(9, 10) elaboraram uma série de políticas públicas por meio de projetos de *inclusão social*, destinados às populações consideradas mais vulneráveis. Para estes organismos, os índios vivem abaixo da linha de pobreza pelo acesso desigual e limitado aos recursos produtivos, a escassa participação nas instituições sociais e políticas, bem como pela discriminação que os exclui dos postos de trabalho pela falta de escolaridade adequada com níveis de ingresso e formação suficientes. Os organismos afirmam que a baixa escolaridade dos pais se reflete na escolaridade dos filhos e, por isso, existem altíssimos índices de reprovação, repetência e desistência da escola, entre crianças e jovens indígenas.

A partir dos anos de 1980, a UNESCO esboçou, para a América Latina, uma política de educação intercultural⁽¹¹⁾, impulsionando o bilingüismo e a educação diferenciada, específica e diversificada para os povos indígenas, visando à inclusão social destes, via educação. No Brasil, as mudanças na política indigenista tiveram início com a Constituição de 1988. Nos anos de 1990, o MEC – Ministério da Educação passou a coordenar as ações referentes a esta modalidade de ensino, tendo formulado e divulgado as *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, em 1992⁽¹²⁾. Esta nova política orientou-se por princípios de bilingüismo e interculturalidade, voltada à realidade dos diferentes grupos étnicos.

Concomitante a este projeto de educação, o Banco Mundial impulsionou, nos países periféricos, a realização de projetos de *desenvolvimento com identidade*⁽¹³⁾ para a

sustentabilidade. Nestes, os indígenas devem ter participação ativa, visando ao acesso à educação e às tecnologias de comunicação que aumentariam suas capacidades de geração de renda e empregabilidade em condições igualitárias de ingresso no mercado de trabalho e produção de rendas. Estas iniciativas estão em consonância com o disposto pela OIT - Organização Internacional do Trabalho, na Convenção 169/1989 *Sobre povos indígenas e tribais em países independentes*⁽¹⁴⁾, orientando que todos os países da América Latina deveriam ser signatários deste documento e incluir os indígenas nas estratégias de desenvolvimento nacional com as recomendações de que se aceite e reconheça a diversidade étnica e cultural como elemento positivo.

Estas e outras ações coordenadas explicam a importância dada pelo poder público às questões socioculturais, lingüísticas dos povos indígenas na atualidade, uma vez que, no Brasil, existem cerca de 220 etnias indígenas, falantes de mais de 170 línguas nativas diferentes.

Nas TIs Ivaí e Faxinal, no Paraná, todos Kaingang falam a língua materna e a utilizam cotidianamente. Jovens e adultos falam a língua portuguesa como segunda língua. Nas duas Terras, as crianças são alfabetizadas e letradas em língua portuguesa, mesmo sem dominar esta língua na oralidade, sendo o ensino do Kaingang ainda insipiente. Este processo é decorrente da pequena carga horária disponibilizada a esta matéria, pela pouca formação dos professores e, principalmente, pela ausência de materiais bilíngües adequados às intervenções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem das crianças.

Na Terra Indígena Ivaí, existem duas escolas indígenas: Colégio Estadual Cacique Gregório Kaekchot e Escola Rural Municipal Cacique Salvador Venhy, que funcionam com sete turmas de Educação Infantil, nove turmas no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental, seis turmas do terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental e três turmas de Ensino Médio, totalizando 617 crianças e jovens matriculados. Estas instituições contam com o trabalho de 16 professores indígenas, 52 professores não-índios, quatro educadoras da

equipe pedagógica e cinco auxiliares de serviços gerais.

Em Faxinal, existe a Escola Rural Municipal Indígena Cacique Antonio Tyntynh onde estudam 130 crianças, sendo 32 na Educação Infantil e 78 nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Nesta Escola, trabalham sete professoras não-índias, seis professores/as indígenas, uma pedagoga e três auxiliares de serviços gerais.

As intervenções pedagógicas, apoiadas pela realização de Projetos de Trabalho com temas de Saúde e Meio Ambiente, levaram à elaboração coletiva, com a participação indígena, de material pedagógico específico e bilíngüe – Caderno Pedagógico Bilíngüe *Eg harh ke to venhkarhrán ke - Educação para Saúde e Terra Limpa – Ga Jānhkri* – destinados à disponibilização dos dados levantados e sistematizados pelos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

As intervenções foram encaminhadas a partir da consideração de que, para que haja efetivo desenvolvimento e aprendizagem das crianças indígenas, é necessário que os professores índios e não-índios recebam ampla formação teórico/filosófica que lhes possibilite conhecer teorias e pesquisas na área de desenvolvimento cognitivo, aprendizagem e cultura e que tenham, ao seu dispor, materiais de apoio diversificados.

Nesse entendimento, todo o processo de planejamento, elaboração e realização das atividades e procedimentos didáticos teve como aporte Leontiev⁽¹⁵⁾, Bakhtin⁽¹⁶⁾ e outros, referencial teórico que favorece a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos nos trabalhos das instituições educativas, dando real significado às proposições da Teoria Histórico Cultural que reafirma a necessidade das realizações coletivas e a possibilidade da aprendizagem como sinônimo de promoção intelectual de quem ensina e de quem aprende.

Durante todo o processo de organização dos trabalhos, as ações foram amplamente discutidas e elaboradas com as equipes pedagógicas das escolas e com os professores índios e não-índios que nelas atuam. Foram realizadas palestras, cursos, reuniões pedagógicas, estudos em grupo, sendo também

adquiridos materiais de apoio para que se garantisse o amplo acesso e participação de professores e crianças em todas as atividades.

Desta forma, a elaboração dos Cadernos Pedagógicos ocorreu com o recebimento dos dados da pesquisa de campo, tendo sido selecionados os materiais existentes nas instituições educativas sobre a temática, momento em que se reestruturaram os conteúdos, promovendo diálogos com os professores e equipe pedagógica, reuniões pedagógicas e orientações para intervenções em sala de aula. Alguns conteúdos que já haviam sido trabalhados pelos professores foram retomados com dados provenientes da própria área em que reside a comunidade indígena. Neste processo, destacou-se a participação efetiva dos professores e da direção das escolas. Assim, os conteúdos expressos nos temas foram escolhidos não apenas porque estão diretamente voltados aos resultados obtidos nas pesquisas e atendem à organização curricular das escolas, mas, principalmente, em razão da participação dos professores, os quais julgaram tais questões de grande significância para os alunos, pois, durante a realização das atividades, receberam, por parte destes, maior atenção, fato que justifica o enfoque presente nos Cadernos Pedagógicos Bilíngües.

Nestes, constam sínteses, textos e ilustrações, registros que representam excertos do que foi realizado em termos de atividades pedagógicas nas escolas, no período de junho a outubro de 2005. Foram valorizadas ostensivamente as ilustrações feitas em sala de aula, justificada pela imensa preferência das crianças e jovens indígenas por este recurso, fato que pode ser constatado no material e nos relatos dos professores envolvidos no processo.

Considerando que as crianças lêem e escrevem pouco em Kaingang, os textos foram elaborados em língua portuguesa e depois reescritos, por professores indígenas, na língua materna. A elaboração de materiais bilíngües encerra dificuldades decorrentes do modelo de bilingüismo implantado no Paraná⁽⁸⁾ e pela falta de padrão na língua Kaingang⁽¹⁷⁾ e demonstra não apenas a preocupação da equipe com respeito à valorização e divulgação da língua materna escrita, mas busca, acima de tudo, reconhecer e

divulgar o trabalho desenvolvido em conjunto com membros dos grupos indígenas.

Após a elaboração dos relatórios técnicos, impressão, apresentação, divulgação dos Cadernos Pedagógicos e realização de palestras junto aos grupos indígenas envolvidos, o grupo de pesquisadores elaborou um Projeto de Extensão que vem sendo desenvolvido nas duas Terras Indígenas, tendo a Educação para a Saúde e cuidados com o meio ambiente como temas centrais.

Este projeto, iniciado em fevereiro de 2007, tem suscitado o interesse da comunidade (professores, lideranças e estudantes) nos mais variados temas que envolvem a questão da saúde e ambiente na comunidade. São eles: a poluição das águas e do solo, a presença de resíduos nos arredores das casas, a presença de animais domésticos, os cuidados com a alimentação, as plantas medicinais existentes nas áreas, a questão do artesanato e outros.

As reuniões pedagógicas, que estão dando suporte às intervenções educativas em sala de aula, têm propiciado momentos de discussões conjuntas, estudos, pesquisas e planejamentos coletivos entre professores, equipes pedagógicas e pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, consolidando, assim, as atividades de pesquisa, ensino e extensão que propiciam o “retorno” dos resultados de pesquisas realizadas em áreas indígenas.

É importante ressaltar que as pesquisas, a elaboração do material pedagógico bilíngüe e o desenvolvimento das ações formativas contaram e contam com a participação de estudantes de graduação e mestrados da Universidade Estadual de Maringá, das áreas de Saúde, Engenharia, Agronomia e Educação, orientados pelos respectivos pesquisadores, tendo contribuído sobremaneira com os resultados das mesmas.

CONCLUSÃO

Considerando que a alta incidência de poluição do solo e água, o desmatamento, a presença de resíduos sólidos, animais domésticos criados soltos e as doenças parasitárias nas Terras Indígenas podem ser controladas através de medidas acessíveis à comunidade,

entendemos ser importante o desenvolvimento de projetos que favoreçam as participações indígenas, no momento que as políticas públicas têm incluído e priorizado estas populações em suas agendas.

Estas comunidades têm, por meio dos projetos, acessado e distribuído internamente alguns recursos que empregam o capital social, econômico e cultural, disponibilizado pelo poder público, em benefício da melhoria da qualidade de vida.

Neste processo, entendemos que as intervenções que favoreçam a ampla aprendizagem de crianças, jovens e adultos, via instituições educativas, têm um papel fundamental, uma vez que se constituem como instituições organizadas para este fim. Existe um

conhecimento objetivo da realidade natural e social, conhecimento esse que, se estiver sistematizado, pode ser transmitido pela escola. Assim, por se considerar que a língua materna de um grupo só será amplamente reconhecida e prestigiada quando este vê-la escrita, empregada e disseminada amplamente com os mais diversos conteúdos, tendo sido este um dos desafios do trabalho que nossa equipe vem enfrentando na realização de pesquisas e intervenções sociais nas Terras Indígenas, afirmamos que as intervenções pedagógicas e a elaboração de material didático expressam, em seus textos e ilustrações, a valorização da cultura e da língua Kaingang, para o reconhecimento e divulgação dos trabalhos desenvolvidos com estas comunidades.

PEDAGOGIC INTERVENTION IN HEALTH EDUCATION, DEVELOPED WITH THE KAINGANG INDEGENOUS GROUP OF IVAI AND FAXINAL (STATE OF PARANÁ)

ABSTRACT

The present work exposes experiences of pedagogic interventions in Health Education, developed with the Kaingang indigenous group of Ivaí and Faxinal in Paraná, from the results of studies in the area of health and environment, accomplished between 2004 and 2007 by researchers of the Interdisciplinary Program of Population Studies, Laboratory of Archeology, Ethnology and Ethno-history of the State University of Maringá. The research and the pedagogic interventions made the elaboration and publication of bilingual pedagogic material possible: *Eg hárh ke to venhkarhrán* (Health Education) and *Ga Jānhkri* (Clean Earth) had support the from National Fund for the Environment and the National Health Foundation. The methodology used was based on the elaboration of work projects that enabled wide participation from teachers and students of the existent educational institutions in the Indigenous Lands. After the publication and popularization of the pedagogic material, a course was organized for the formation of teachers and health agents. These interventions had as objective the popularization of information disclosure of the diagnoses and formulation of collective actions for control of existing parasitic diseases among these populations, seeking the improvement of the environmental and health conditions and the areas. The studies and interventions were developed with the communities (family groups, leaderships, Indian teachers and non-Indians, research assistants and students) seeking the learning improvement of the indigenous students and the development of health practices accessible to the community.

Key words: Health education. Indigenous population. Indigenous health.

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS EN EDUCACIÓN HACIA LA SALUD CON LOS INDÍGENAS KAINGANG DEL IVAÍ Y FAXINAL EN LA PROVINCIA DEL PARANÁ

RESUMEN

El trabajo trata las experiencias hacia intervenciones pedagógicas en Educación y Salud echas con los Kaingang del Ivaí y Faxinal en la provincia del Paraná despues de las investigaciones en salud y medio ambiente hechas en los anos de 2004 a 2007 por el Programa Interdisciplinar de Estudios de Poblaciones en la Universidad Estadual de Maringá. Los trabajos hicieron publicar libros escolares bilingües: Eg hárh ke to venhkarhrán – Educación hacia la Salud y Tiera Limpia - Ga Jãnhkri, con el apoio del Fondo Nacional del Medio Ambiente y de la Fundación Nacional hacia la Salud. La metodología utilizada fue bazada en Proyetos de Trabajo con la participación de niños e sus profesores en las escuelas indígenas. Con la publicación de los libros se organizo un curso de formación hacia los profesores y agentes de salud. Las intervenciones mostraran las informaciones de las investigaciones hechas y formulación de acciones colectivas hacia el control de enfermedades parasitologicas en estas poblaciones hacia la mejoría de las condiciones ambientales y de salud en las areas. Los trabajos fueran desarrollados con la participación de las comunidades (familias, lideranzas, profesores, indígenas y non-indígenas y estudiantes) hacia el mejoramiento de la aprendizage de los estudiantes indígenas y el desarrollo de practicas de salud acecibles a la comunidad.

Palabras Clave: Educación en salud. Pablación indígena. Salud indígena.

REFERÊNCIAS

1. Coimbra Júnior CEA, SANTOS RV. Parasitismo intestinal entre o grupo indígena Zoró, Estado do Mato Grosso (Brasil). *Cad Saude Publica*. 1991;7:100-3.
2. Montresor A, Crompton DWT, Hall A, Bundy DAP, Savioli, L. Guidelines for the evaluation of soil-transmitted helminthiasis and Schistosomiasis at community level. Geneva: World Health Organization; 1998. WHO/CTC/SIP/98.1.
3. Tommasino K. A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1995.
4. Mota LT, organizador. Diagnóstico etno-ambiental da terra indígena Ivaí-PR. Maringá: UEM; 2003.
5. Banco Mundial. Exclusión social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe. Washington, D.C.: Banco Mundial; 2000.
6. Organização das Nações Unidas. Declaración sobre los derechos de las personas pertenecientes a minorías nacionales o étnicas, religiosas y lingüísticas. Genebra: ONU; 1992.
7. Psacharopoulos G, Patrinos HA, editores. Indigenous people and poverty in Latin America: an empirical analysis. Washington, D.C.: Banco Mundial; 1993.
8. Silva CG, Santos HA. Ocorrência de parasitoses intestinais da área de abrangência do Centro de Saúde Cícero Idelfonso da Regional Oeste da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. 2001;1(1):25-9.
9. Faustino RC. Política educacional nos anos de 1990: multiculturalismo e interculturalidade na educação escolar indígena [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2006.
10. UNESCO. Contribución de la Unesco al decenio internacional de las poblaciones indígenas del mundo (1995-2004). Paris: UNESCO; 2001.
11. UNESCO. Seminário y Taller: Desafios Culturales del Decênio Internacional de las Poblaciones Indígenas del Mundo. Recomendaciones de las poblaciones indígenas/tribales [on-line]. Paris: UNESCO; 1999. [acesso em 2007 jan. 22]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/indigenous>>
12. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Em Aberto. 1994;1(63):175-87.
13. Bengoa J. Desarrollo com identidad: la cuestion del desarrollo indígena em América Latina. In: Uquillas JE, Rivera JC. Pueblos indígenas y desarrollo em América Latina. Washington, D.C.: Banco Mundial; 1993. p. 73-83.
14. Organização Internacional do Trabalho. Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Brasília, DF: OIT; 1989.
15. Leontiev A. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Moraes; 1997.
16. Bakhtin M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11ª ed. São Paulo: Hucitec; 2004.
17. Silva CR. História crítica da construção da escrita do Kaingang [dissertação]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina; 1996.

Endereço para correspondência: Rosângela Célia Faustino. Universidade Estadual de Maringá UEM. Av. Colombo, 5790, Bloco 1. CEP: 87020-900. Maringá – Paraná. E-mail: rofaustino@terra.com.br